

## Letramento: O uso da leitura e da escrita como prática social

*Márcia Adriana Pinto da Silva Justo*<sup>1</sup>  
*Juliana de Alcântara Silveira Rubio*<sup>2</sup>

### RESUMO

A intenção do presente trabalho é trazer ao professor e demais profissionais da área da educação, uma visão mais clara e abrangente sobre o letramento, pautada nas ações que fazem uso da leitura e da escrita, como agentes facilitadores de práticas sociais dentro e fora do ambiente escolar.

**Palavras chave:** letramento, leitura e escrita, prática social.

### Introdução

Hoje em dia, ser alfabetizado, isto é, saber ler e escrever, tem se revelado uma condição insuficiente para responder adequadamente às demandas da sociedade. Há alguns anos, bastava que a pessoa soubesse assinar o nome ou até mesmo escrever um simples bilhete para que ela pudesse ser considerada alfabetizada, mas atualmente ler e escrever de forma mecânica não garante uma interação plena com os diferentes tipos de textos que circulam na sociedade, pois é necessário não apenas decodificar sons e letras, mas entender os significados do uso da leitura e da escrita em diferentes contextos.

Devido a essas circunstâncias, surgiu o termo letramento que vai além do ler e escrever, onde é necessário interagir com a leitura e a escrita dentro e fora do contexto escolar, de modo a cumprir as exigências atuais da sociedade, ou seja, a pessoa que sabe fazer uso da leitura e da escrita como prática social. Portanto, letrar é mais que alfabetizar, mas não podemos separar os dois processos em que o aluno primeiro tem contato com o ensino das técnicas da leitura e da escrita – a alfabetização –, e desenvolvendo as habilidades que envolvem o uso da leitura e da escrita, ele adquire o letramento.

Nesse sentido, procuramos mostrar as ideias de alguns autores sobre esse assunto, dando-nos uma visão mais ampla do tema letramento.

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Psicopedagogia pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Professora orientadora.

Acreditando servir o presente levantamento bibliográfico para enriquecer ainda mais os conhecimentos dos profissionais da área da educação no que diz respeito ao tema letramento e prática social, coletamos as informações que resultaram no trabalho que segue apresentado, onde abordaremos um histórico sobre o letramento, bem como as posições de alguns autores em relação a esse tema.

### **1.O termo letramento**

O termo é razoavelmente novo e técnico, surgiu da palavra inglesa “literacy” (letrado) em decorrência de uma nova realidade social na qual não bastava somente saber ler e escrever, mas responder efetivamente às práticas sociais que usam a leitura e a escrita. Letrado então não é mais “só aquele que é versado em letras ou literaturas”, e sim “aquele que além de dominar a leitura e a escrita, faz uso competente e freqüente de ambas”. O letramento é um conceito enraizado na alfabetização e freqüentemente são confundidos.

KLEIMAN (2005, p. 11), nos diz que o letramento não é alfabetização, mas a inclui. Em outras palavras, letramento e alfabetização estão associados.

De acordo com SOARES (2004, p.90) embora correndo o risco de uma excessiva simplificação, pode-se dizer que a inserção no mundo da escrita se dá por meio da aquisição de uma tecnologia – a alfabetização, e por meio do desenvolvimento de competências (habilidades, conhecimentos e atitudes) de uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvam a língua escrita – letramento.

No final dos anos 70, o livro *A Psicogênese da Língua Escrita* de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, revolucionava o conhecimento sobre a alfabetização que se tinha na época. Para as autoras, a aquisição das habilidades de ler e escrever depende basicamente da relação que a criança tem desde pequena com a cultura escrita.

Segundo SOARES (2010, p.39), o surgimento de novos termos faz parte da necessidade que a sociedade tem para nomear coisas e objetos para que realmente eles existam, assim, a palavra “letramento” nasceu para caracterizar aquele que sabe fazer uso do ler e do escrever, que responde às exigências que a sociedade requer nas práticas de leitura e de escrita do cotidiano. Hoje, saber ler e escrever de forma mecânica não garante a uma pessoa a interação

plena com os diferentes tipos de textos que circulam na sociedade, deve-se entender os significados e usos das palavras em diferentes contextos.

Apesar de ser alvo de vários estudos, o conceito de letramento ainda não foi incluído em todos os dicionários, nem na linguagem da mídia, porque só recentemente conquistou admiradores no país.

Na década de 70, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), já havia recomendado o uso da expressão “analfabetismo funcional” para designar quem sabe apenas ler e escrever, sem conseguir utilizar essas técnicas no dia a dia. Na sociedade brasileira tal termo só passou a ser usado a partir de 1990.

Hoje, no Brasil, não se considera alfabetizado quem apenas consegue escrever e ler seu próprio nome, como era no passado, mas quem sabe escrever um bilhete simples (estatística IBGE, 2000).

À medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e a escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia; não basta aprender a ler e escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com práticas sociais de escrita....(Soares, 1998 p. 45-46)

Estudiosos do assunto garantem que um estudo aprofundado do letramento, facilitaria o desempenho das pessoas na escrita e na assimilação da leitura gerando um melhor aproveitamento daquilo que se estudou, para ser colocado em prática diariamente, pois o letramento está relacionado com os usos da leitura e da escrita, na vida em sociedade.

Já para TFOUNI ( 2006,p. 21), estudos sobre o letramento:

“não se restringe somente àquelas pessoas que adquiriram a escrita, isto é, aos alfabetizados. Buscam investigar também as conseqüências da ausência da escrita a nível individual, mas sempre remetendo ao social mais amplo, isto é, procurando, entre outras coisas, ver quais características da estrutura social tem relação com os fatos. Pois, a ausência tanto quanto a presença da escrita em uma sociedade são fatores importantes que atuam ao mesmo tempo como causa e conseqüência de transformações sociais, culturais e psicológicas às vezes radicais.”

SOARES (2010, p.21) afirma que letrar é mais do que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura

tenham sentido e façam parte da vida do aluno, nesse processo não basta apenas juntar letras para formar palavras e reunir palavras para compor frases, deve-se compreender o que se lê, assimilar diferentes tipos de textos e estabelecer relações entre eles.

Para Ferreira (2001, p.98), as crianças iniciam o seu aprendizado de noções matemáticas por exemplo, antes da escola, quando se dedicam a ordenar os objetos mais variados (classificando-os ou colocando-os em série). Iniciam seu aprendizado do uso social dos números participando de diversas situações de contagem e das atividades sociais relacionadas aos atos de comprar e vender.

No livro: “Letramento: um tema em três gêneros” de Soares, publicado em 2010, a autora exemplifica como um adulto pode até ser analfabeto, contudo, pode ser letrado, ou seja, ele não aprendeu a ler e escrever, porém utiliza a escrita para escrever uma carta através de outra pessoa alfabetizada, é bom enfatizar que é o próprio analfabeto que dita o texto, lançando mão de todos os recursos necessários da língua para se comunicar, mesmo que tudo seja carregado de suas particularidades. Ele demonstra com isso que conhece, de alguma forma, as estruturas e funções da escrita. O mesmo acontece quando ele pede para alguém ler uma carta que recebeu, ou texto que contém informações importantes para ele: seja uma notícia no jornal, um itinerário de ônibus ou placas de informações. Este indivíduo, não possui a tecnologia da decodificação dos signos, mas ele possui certo grau de letramento devido a sua experiência de vida em uma sociedade que é atravessada pela escrita, logo este é letrado, porém não com plenitude.

Outro exemplo citado em seu livro, é de uma criança que, sem ser alfabetizada finge ler um livro, vai correndo o dedo na linha da escrita e faz entonações de narração da leitura, até com estilo, essa criança é letrada porém não alfabetizada. Existem, porém, pessoas que apesar de alfabetizadas, apresentam grandes dificuldades para interpretar textos lidos.

Esses exemplos segundo a autora deixam claro que existem diferentes níveis de letramento e estão eles ligados às necessidades e exigências de uma sociedade e de cada indivíduo no seu meio social.

Leal (2004, p.51) concorda com Soares quando diz: “ ... letramento não é uma abstração, ao contrário, é uma prática que se manifesta nas mais diferentes situações, nos diferentes espaços e nas diferentes atividades de vida das pessoas.”

Segundo consta numa reportagem da Revista Nova Escola, escrita por Denise Pellegrini (09/2001, edição 145), para ler e escrever de verdade, não basta somente ensinar os códigos de leitura e escrita, relacionando sons à letras. É preciso tornar os estudantes capazes de compreender o significado dessa aprendizagem para usá-la no dia a dia de forma a atender as exigências da própria sociedade, em outras palavras, promover o letramento tanto quanto a alfabetização. O letramento dos alunos é importante para a conquista da cidadania, pois o indivíduo letrado é capaz de se instruir por meio da leitura e de selecionar, entre muitas informações aquela que mais interessa a ele.

De acordo com Soares (2008, p. 57), um grave problema é que existem pessoas que se preocupam com a alfabetização sem se preocupar com o contexto social em que os alunos estão inseridos. A escola deve criar as condições necessárias para o letramento, pois temos consciência de que ela não forma leitores sozinha, mas sabemos também que a instituição educacional é fundamental para ajudar nessa formação já que as crianças muitas vezes aprendem o código, a mecânica, mas depois não aprendem a usar. Assim sendo, a tarefa de alfabetizar letrando significa dar subsídios aos alunos para que estejam preparados para usar vários tipos de linguagem em qualquer tipo de situação, havendo assim uma escolarização real e efetiva, desenvolvendo nos alunos um conjunto de habilidades e comportamentos de leitura e escrita que lhes permitam fazer uso, de forma mais eficiente das capacidades técnicas de leitura e de escrita .

Ainda segundo Soares, o letramento não é só responsabilidade do professor de Língua Portuguesa, mas de todos os educadores que trabalham com leitura e escrita, pois cada área do conhecimento tem suas peculiaridades, que só os professores que nela atuam é que conhecem e dominam. É essencial que os educadores ampliem sua visão sobre esse tema, inserindo os alunos em outros ambientes que levam ao letramento como: a dança, a música, a pintura, etc., isso possibilita a criação do sentimento de cidadania, já

que o indivíduo conhece ou passa a ter acesso a diferentes formas de aprendizagem e também de conhecimentos culturais.

Cabe aos professores transformar o aluno alfabetizado em uma pessoa letrada e isso se dá através de incentivos variados, no que diz respeito a diversos tipos de leituras, utilização de exercícios de interpretação e compreensão, além de vários outros tipos de ferramentas como revistas, jornais, internet, etc.. O processo de ensino-aprendizagem de leitura e de escrita na escola não pode ser configurado como um mundo à parte e não ter a finalidade de preparar o sujeito para a realidade na qual se insere.

Então, podemos dizer que, ensinar na perspectiva do letramento significa não somente levar o aluno a ser um analista de sua língua, mas, sobretudo um usuário consciente de que cada habilidade lingüística tem um espaço específico de uso, ocorre de forma diferenciada e deve estar adequada à situação de comunicação.

KLEIMAN (2005, p.18), fala que o letramento é complexo, envolvendo muito mais do que uma habilidade (ou conjunto de habilidades) ou uma competência do sujeito que lê. Envolve múltiplas capacidades e conhecimentos, muitos dos quais não têm necessariamente relação com a leitura escolar, e sim com a leitura de mundo, visto que, o letramento inicia-se muito antes da alfabetização, ou seja, quando uma pessoa começa a interagir socialmente com práticas de letramento no seu mundo social.

Como nos relata Soares (2010), a partir do momento em que uma criança nasce numa sociedade grafocêntrica, rodeada de material escrito e de pessoas que usam a leitura e a escrita, vão conhecendo e reconhecendo desde cedo o sistema de escrita, diferenciando-o de outros sistemas gráficos (como desenhos, por exemplo), quando ela chega à escola, cabe à educação formal orientar metodologicamente esses processos, e a educação infantil é só o início dessa orientação, pois, o letramento é um processo que se estende por todos os anos de escolaridade e mais que isso, por toda a vida. Na realidade, alfabetização e letramento são dois processos que caminham juntos, só que o letramento, como já vimos, antecede a alfabetização, permeia todo o processo de alfabetização e continua a existir quando já estamos alfabetizados.

Já, na visão de Kleiman (1995, pg. 7-8), nas sociedades tecnológicas e industrializadas, a escrita é onipresente. Ela integra cada momento de nosso cotidiano, constituindo-se numa forma tão familiar em nossa realidade, que seu uso acaba passando despercebido para os grupos letrados. Para realizar uma atividade rotineira como uma compra no supermercado, por exemplo, escrevemos uma lista dos produtos que precisamos comprar, lá, já no local das compras, lemos e comparamos rótulos, preços, datas de validade, ingredientes e cartazes promocionais, ainda usamos algum método para calcular e fazer contas e depois de tudo isso preenchemos um cheque. Essas atividades que, para um sujeito letrado, são apenas mais uma forma de se comunicar com os outros e de agir sobre o meio, são quase tão automáticas que não requerem, portanto, grandes esforços de concentração ou interpretação, porém, representam um imenso obstáculo, para uma grande maioria de brasileiros não-escolarizados. Essa escrita ambiental e rotineira representa, entretanto, apenas uma das funções da escrita e da leitura, das mais básicas. O domínio de outros usos da escrita significa, por exemplo, o acesso a outros mundos públicos como o da mídia ou tecnologia, e através deles a possibilidade de acesso ao poder, daí estudos sobre o letramento que se voltam para a transformação de ordem social.

São consideradas agências de letramento, as instituições próprias de uma sociedade globalizada e tecnológica, que engloba uma grande variedade de modos discursivos e também uma variedade de gêneros textuais e práticas de leitura como a família, a escola, a igreja, o local de trabalho, a rua, a internet, os sindicatos, etc.

Atualmente, a questão do letramento tem sido colocada em evidência, pois, as demandas sociais de leitura e de escrita estão mudando rapidamente, o que se observa é que cada dia aparece mais exigências com relação ao nível de conhecimento e de elaboração desse conhecimento.

## **2. Níveis ou habilidades de letramento e grau de instrução**

Qualquer processo de avaliação ou medição exige uma definição correta do que vai ser avaliado ou medido, e se tratando dos níveis de letramento surgem muitas dificuldades, pois o letramento cobre uma grande gama de

conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais. Esse conceito é complexo e difícil de ser explicado, numa única definição.

Pesquisas demonstram que é necessário no mínimo de 12 a 13 anos de escolaridade para que se possa considerar o sujeito apto a partilhar da cultura escrita, lendo e escrevendo a realidade com autonomia e experiência (CAVALCANTI & FREITAS, 2008, pg. 99).

Ferraro, (2004) usa um critério que busca aproximar-se das medidas de letramento, é o estabelecimento de uma equivalência entre o nível de escolarização e a capacidade de fazer uso efetivo e competente da leitura e da escrita, ou seja, a relação entre o número de séries escolares concluídas pelos indivíduos com o seu nível de letramento. Esse critério baseia-se no pressuposto de que, atingindo certo grau de instrução, o indivíduo terá não só adquirido a tecnologia da escrita, isto é, terá se tornado alfabetizado, mas também terá se apropriado das competências básicas necessárias ao uso das práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, terá se tornado letrado.

Ainda em relação ao critério de avaliação de níveis de letramento em função ao grau de instrução, são propostos três níveis de letramento: aos indivíduos com um a três anos de escolaridade é atribuído o nível 1 de letramento, descrito como a “ultrapassagem do analfabetismo” pela aquisição do mínimo dos mínimos em termos de alfabetização e letramento; aos indivíduos com quatro a sete anos de escolaridade é atribuído o nível 2 de letramento, em que o domínio mínimo das práticas letradas terá sido alcançado, possibilitando a participação destes na vida social; finalmente, aos indivíduos com oito anos ou mais de escolaridade é atribuído o nível 3 de letramento, em que terão sido atingidas as competências letradas que constituem o mínimo estabelecido para a educação básica tal como defendida constitucionalmente.

A identificação de níveis de letramento por meio da definição de equivalência entre graus de instrução atingidos e competências de leitura e de escrita adquiridas se faz por um processo de inferência ou suposição, presume-se que, atingido determinado grau de instrução, o indivíduo terá atingido também um determinado nível de letramento.

Podemos assim considerar que, quanto mais alto o grau de instrução, mais alto será o nível de letramento, deduzindo que, há uma correlação entre letramento e escolarização, ou então que, a escolarização é um fator decisivo na promoção do letramento, pois, avaliar ou medir o letramento com base no número de anos de escola concluídos, é reconhecer que, gradualmente as pessoas passam do analfabetismo (não letramento), ao letramento, e que isso ocorre ao longo de um certo período de tempo e através de vários estágios. Mas, essa maneira de avaliar ou medir os níveis de letramento em relação aos anos de escolaridade pode aumentar com o tempo à medida que a sociedade vai se tornando mais complexa e exigente.

Porém, é necessário analisarmos o avesso dos dados em relação aos níveis de letramento, já que boa parte dos estudantes que completaram o Ensino Médio e não completaram o Ensino Superior, ou seja, dos que tem de onze a quatorze anos de escolaridade, não tenham atingido o nível 3 de letramento, e uma outra parte ainda dos que têm curso superior completo estejam nos níveis 1 e 2. Observamos então que, embora a escolarização cumpra um papel de fundamental importância na promoção de habilidades associadas ao letramento, existe uma discrepância em relação ao nível de letramento alcançado durante os anos de escolaridade, o que é muitas vezes justificado como sendo a escola a única responsável por esse fato. Portanto, avaliar ou medir o letramento pelo critério de conclusão de determinado ano escolar é provavelmente um equívoco, pois a conclusão de um ano não é a garantia de que o indivíduo tornou-se letrado de forma adequada e permanente.

Do ponto de vista de TFOUNI (2006, p.23), não existe nas sociedades modernas, o letramento “grau zero”, que equivaleria ao “iletramento”, o que existe de fato nas sociedades são “graus de letramento”, sem que isso pressuponha a sua inexistência. De um lado, existe nas sociedades o desenvolvimento científico e tecnológico, decorrente do letramento, e, existe também um desenvolvimento correspondente ao nível individual, ou de pequenos grupos sociais, que independe da alfabetização e escolarização. Assim, “letradas” seriam aquelas pessoas que sabem ler e escrever e “iletradas” poderia então, ser usado como sinônimo de analfabeto.

A cultura e os costumes de uma sociedade também devem ser considerados como níveis de letramento, pois tanto quanto a escolarização é importante em uma determinada cultura, a luta por manter rituais e costumes em outras sociedades também deve ser valorizada, pois para ela, ali está o letramento, o saber viver e transmitir ensinamentos, como exemplo podemos destacar a cultura e rituais de algumas aldeias indígenas.

Outra observação interessante é feita por Soares (2010), quando fala de uma versão fraca e de uma versão forte do conceito de letramento. Para ela, a versão fraca estaria ligada a mecanismos de adaptação da população às necessidades e exigências sociais do uso da leitura e da escrita, para funcionar dentro de uma sociedade. É uma visão que está ligada no conceito de alfabetismo funcional, ou seja, pessoas que não sabem fazer o uso correto da leitura e da escrita para funcionar dentro de uma sociedade de maneira adequada. Já a versão forte de letramento, estaria mais próximo ao enfoque ideológico e da visão paulo-freiriana de alfabetização, esta versão forte seria revolucionária e crítica, na medida em que colaboraria não para a adaptação do cidadão, às exigências sociais, mas sim para o resgate da auto-estima na construção de uma identidade forte e para a valorização de sua cultura.

Ainda se tratando de Soares (2010), ela focaliza o letramento em duas dimensões: a individual e a social. Quando o foco é posto na dimensão individual, o letramento é visto como um atributo pessoal, referindo-se à simples posse individual das tecnologias mentais complementares de ler e escrever. Já quando o foco se desloca para a dimensão social, o letramento é visto como um fenômeno cultural, um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita, e de exigências sociais de uso da língua escrita, na maioria das definições atuais de letramento, uma ou outra dessas duas dimensões é priorizada, pois a ênfase é dada ou nas habilidades individuais de ler e escrever ou nos usos, funções e propósitos da língua escrita no contexto social. Seja qual for a dimensão, ainda é preciso considerar a complexidade e a natureza desigual dessas duas dimensões do letramento. Não devemos tentar considerar o letramento como uma característica que a pessoa tem ou não tem, temos que tentar identificar a prática real das habilidades de leitura e de escrita bem como, a frequência dos usos sociais dessas habilidades, só assim

poderíamos avaliar e medir os níveis de letramento, e não apenas e simplesmente considerar o nível básico de “ser capaz de ler e escrever”.

Soares (2010, p. 112-117), nos dá três argumentos que justificam a necessidade de definir índices de letramento através de avaliação ou medição: o primeiro indica o letramento como um fator básico do progresso de um país ou de uma comunidade; o segundo está intimamente ligado ao primeiro, pois revela as tendências e perspectivas em nível nacional e internacional, para confrontar a relevância do analfabetismo em diferentes regiões do mesmo país, comparando populações ou grupos, evidenciando desigualdades na aquisição do letramento, por fatores como idade, sexo, etnia, residência urbana ou rural, etc.; e o terceiro argumento que indica a necessidade de avaliação e medição do letramento, pelo fato de que os seus índices são imprescindíveis tanto para a formulação de políticas quanto para o planejamento e implementação de programas não só educacionais, mas de bem estar social, em geral. Só que esses argumentos conduzem à um paradoxo: de um lado, a importância e necessidade de avaliação e medição do letramento, de outro a falta de uma definição precisa a respeito do letramento, que possa ser usada como parâmetro.

Em relação aos níveis ou habilidades de letramento, de um lado teóricos elencam os níveis de letramento de acordo com o grau de instrução escolar, e de outro relatam que não existe um nível zero de letramento, a partir do momento que vivemos em uma sociedade onde a maioria dos indivíduos são letrados e carregam consigo alguma maneira de expressar o “seu letramento”. Há ainda aqueles que ressaltam que não existe um método específico para se medir o nível de letramento, visto que, letramento não é um método e sim uma prática social, essas práticas de letramento que exercemos em diferentes contextos de nossas vidas ou em nossa sociedade, é que vão construindo nossos níveis de letramento, seja ele individual ou social.

Assim conclui-se que, o conceito de letramento envolve um conjunto de fatores que variam de habilidades e conhecimentos individuais às práticas sociais e competências funcionais, bem como, valores ideológicos e metas políticas, não se trata de alguma coisa que uma pessoa tem ou não tem, depende principalmente das condições culturais, sociais e econômicas

específicas num determinado momento ou situação, pois, à medida que as condições sociais e econômicas mudam, também as expectativas em relação ao letramento se alteram. Por isso, avaliar ou medir os níveis ou grau de letramento torna-se uma tarefa muito difícil e complexa, pois, existe uma variedade muito grande de uso da leitura e da escrita, praticadas em diferentes contextos sociais, é indispensável saber selecionar o que se quer medir ou avaliar, ter um parâmetro dentro desse universo de leitura e escrita, para chegarmos o mais próximo possível o resultado ideal.

### **3. Eventos e práticas de letramento**

Evento de letramento é uma ocasião em que a fala se organiza ao redor de qualquer texto escrito, envolvendo sua compreensão e inclui características da vida social, por exemplo, discutir uma notícia do jornal com alguém. (KLEIMAN, 2005 p.23)

Soares (2004, p.105), concorda com Kleiman a respeito dos conceitos de eventos e práticas de letramento. Porém, há uma distinção entre ambos, é exclusivamente metodológica, mas interligadas, sendo que, o uso do conceito de práticas de letramento é que permite a interpretação dos eventos. Soares mostra ainda, a diferença entre eventos e práticas de letramento escolares e eventos e práticas de letramento sociais. Nesse sentido, explica que, na escola eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionando critérios pedagógicos, com objetivos pré-determinados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividade de avaliação, a escola de certa forma manipula as atividades de leitura e de escrita em relação aos seus usos sociais, criando seus próprios e peculiares eventos e práticas de letramento. Já na vida cotidiana, eventos e práticas de letramento surgem em circunstâncias de vida social ou profissional, respondem as necessidades ou interesses pessoais ou grupais, são vividos e interpretados de forma natural, até mesmo espontânea, ou seja, trata-se dos usos da leitura e da escrita em contextos muito próximos e reais como: o trabalho, a rotina do dia a dia, a vida burocrática, as atividades intelectuais, etc.. Essas agências de letramento é que possibilitam os diferentes usos da leitura e da escrita como prática do

letramento, fazendo com que as pessoas fiquem envolvidas de maneira natural, e, muitas vezes inconscientes nessas práticas.

#### **4. O letramento escolar**

Um dos objetivos principais da escola é possibilitar que os alunos participem das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita na vida, de maneira ética, crítica e democrática. (ROJO 2009, p.98)

Partindo do ponto de vista de Soares (2010 p. 58), o nível de letramento está fundamentalmente ligado com as condições sociais, culturais e econômicas da população e, é necessário que antes de pensarmos em letramento, especificamente o escolar, temos que criar “condições para o letramento”, onde haja escolarização real e efetiva da população, com disponibilidade de material de leitura, visto que, se alfabetizam crianças e adultos, mas não lhes são dadas as condições para ler e escrever, não há material impresso posto à disposição num preço acessível, e nem bibliotecas num número essencial à população brasileira. A relação entre letramento e escolarização, de acordo com a autora, é estreita, controla mais do que expande o conceito de letramento, selecionando e dividindo em partes o que deve ser aprendido, planejando em períodos, bimestres, séries, etc. Desse modo, as escolas fragmentam e reduzem as habilidades e práticas de leitura e escrita, gerando um conceito limitado e, em geral insuficiente para responder as exigências das práticas de leitura e escrita fora da escola.

O letramento não está restrito ao sistema escolar, na visão de Kleiman (1995), mas cabe a ele fundamentalmente, levar seus alunos a um processo ainda mais profundo nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Saber ler e escrever várias palavras, não é o bastante para capacitar os indivíduos, surge então, a necessidade de se letrar os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, e o educador deve estar capacitado e atualizado para responder às mudanças da sociedade, que se reflete em todos os setores, principalmente no setor educacional. Sabemos que, alguns profissionais da educação se colocam em uma posição inatingível, cheios de suas certezas, e isso é um equívoco, pois o conhecimento nunca se completa, ou se finda, e o letramento é um exemplo disso.

Kleiman (1995), ainda destaca alguns passos fundamentais para o desempenho do papel do “professor letrador ”: investigar as práticas sociais que fazem parte do cotidiano do aluno, adequando-as à sala de aula e aos conteúdos a serem trabalhados; planejar ações visando ensinar para que serve a linguagem escrita, e como o aluno poderá utilizá-la em diferentes contextos; desenvolver no aluno, através da leitura a interpretação e produção de diferentes gêneros textuais, habilidades de leitura e escrita que funcionem dentro da sociedade; incentivar o aluno a praticar socialmente a leitura e a escrita, de forma criativa, descobridora, crítica, autônoma e ativa, já que a linguagem é interação e, como tal, requer a participação transformadora dos sujeitos sociais que a utilizam; reconhecimento por parte do professor, implicando assim o conhecimento daquilo que o educando já possui de conhecimento empírico, e respeitar, acima de tudo, esse conhecimento; não ser julgativo, mas desenvolver uma metodologia avaliativa com certa sensibilidade, atendo-se para a pluralidade de vozes, a variedade de discursos e linguagem diferente; avaliar de forma individual, levando em consideração as peculiaridades de cada indivíduo; trabalhar a percepção de seu próprio valor e promover a auto-estima e a alegria de conviver e cooperar; ativar mais seu intelecto, no ambiente de aprendizagem, ser professor-aprendiz, tanto quanto seus educandos; e reconhecer a importância do letramento, e abandonar os métodos de aprendizado repetitivo, baseados na descontextualização.

O professor como agente do letramento, deve por meio de sua liderança, articular novas ações, mobilizando o aluno para fazer aquilo que não é imediatamente aplicável ou funcional, mas que é socialmente relevante aquilo que vale a pena realmente ser aprendido, geralmente quando é dada ao aluno a oportunidade de mobilizar seus saberes e de ser ouvido, ele acaba superando não só as suas próprias expectativas, mas as do professor também.

Destacamos aqui, que embora a escola muitas vezes, ainda minimize certas práticas de letramento, ela é um veículo de fundamental importância para a propagação do letramento, tendo como um de seus objetivos principais, possibilitar que, seus alunos participem das várias práticas sociais que utilizam

a leitura e a escrita como agente condutor para uma vida ética, crítica e democrática.

### **5. Considerações Finais**

Verificamos por meio desta pesquisa bibliográfica que, a grande maioria dos autores acredita que letramento não é um método, e sim uma prática, inserida nas ações cotidianas da sociedade, havendo portanto, a necessidade de uma mudança nas propostas pedagógicas onde se possa alfabetizar/letrando, pois o processo de ensino aprendizagem da leitura e da escrita na escola, não pode ser visto como um mundo à parte e não ter a finalidade de preparar o sujeito para a realidade na qual se insere.

É importante destacar ainda, que, alguns autores consideram que o letramento inicia-se muito antes da alfabetização, ou seja, quando uma pessoa começa a interagir socialmente com as práticas sociais que fazem uso da leitura e da escrita, provando que não existe um nível zero de letramento, já que uma pessoa pode não ser alfabetizada, e ser letrada, trazendo consigo uma bagagem social de conhecimentos.

Pudemos notar também que alguns autores reforçam a necessidade de uma qualificação profissional mais adequada, visto que, apesar de muitos professores possuírem curso superior, ainda existe um “despreparo” em relação à certas práticas pedagógicas, que, muitas vezes nos parece um tanto quanto estagnadas e moldadas dentro de projetos ou planejamentos.

Mas, apesar disso, por mais limitada e arcaica que sejam as atividades desenvolvidas em sala de aula, a maioria dos alunos ainda consegue fazer uso da leitura e da escrita para poder interagir em diferentes contextos sociais onde essas práticas são necessárias, validando a afirmação de Magda Soares quando diz: “o letramento abre caminhos para o indivíduo estabelecer conhecimentos do mundo em que vive”.

Ainda averiguamos por meio desse levantamento teórico que a distância entre teoria e o que muitas vezes vemos na prática, poderia ser minimizada se houvesse uma conscientização maior por parte dos professores, da necessidade de se alfabetizar letrando, de acordo com a exigência da sociedade, e não fora disso, como acontece na maioria dos casos. Kleiman

(2005) e Soares (2008), afirmam que ações e atividades desenvolvidas em sala de aula, dentro de um contexto adequado modificam o comportamento dos alunos, fazendo com que eles façam uso da leitura e da escrita, como prática social, facilitando sua inserção e participação na sociedade.

As informações contidas neste trabalho, poderão dar suporte para aqueles educadores que tenham a intenção de rever suas propostas pedagógicas, quanto às atividades do letramento ou até mesmo uma compreensão acerca de suas bases teóricas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva; FREITAS, Marinaide Lima Queiroz (orgs), **O ensino da língua portuguesa nas séries iniciais: eventos e práticas de letramento**. Maceió, EDUFAL, 2008.

FERRARO, Alceu Ravello, **História quantitativa da alfabetização no Brasil**. In: Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001, (org.) Vera Masagão Ribeiro – 2ª ed. – São Paulo: Global, 2004.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY; Ana, **Psicogênese da língua escrita**. Tradução Diana Myrian Linchtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso – 4ª Ed. – Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

FERREIRO, Emília; **Reflexões sobre alfabetização**. Tradução Horácio Gonzales, 24 ed. Atualizada. São Paulo, Cortez, 2001.

KLEIMAN, Ângela B. (org), **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, Mercado das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Campinas, UNICAMP/MEC, 2005

LEAL, Leiva de Figueiredo Viana. **Sujeito letrado, sujeito total: implicações para o letramento escolar**. In: Letramento: significado e tendências. (orgs.) Maria Cristina de Mello e Amélia Escotto do Amaral Ribeiro, Rio de Janeiro, WAK, 2004.

PELLEGRINI, Denise. **Ler e escrever de verdade** – edição 145-09/2001 Disponível em: [HTTP://revistaescola.abril.com.br](http://revistaescola.abril.com.br) Acesso em: 17 Ab. 2010

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social** – São Paulo: Párabola Editorial, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento e escolarização**. In: Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001 (org.) Vera Massagão Ribeiro – 2ª Ed. – São Paulo, Global , 2004

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e Letramento**. 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2008

\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 8ª Ed.- São Paulo, Cortez, 2006. – ( Coleção Questões da Nossa Época ; v.47)